

**RUMOS E (DES)RUMOS:
ASPECTOS BIOGRÁFICOSE HISTÓRICOS
NA TRAJETÓRIA DE VIDA
DE ALFREDO PIMENTA**

Luiz Mário Ferreira Costa *

Resumo: A proposta deste artigo é colaborar para a inserção do intelectual Alfredo Pimenta no âmbito da historiografia luso-brasileira. Trata-se de uma breve análise biográfica e histórica que pretende conectar situações corriqueiras e pessoais a alguns dos grandes temas da história portuguesa. O personagem estudado se autodefinia como um ser diferenciado, acima da média de seus contemporâneos, e, exatamente por esta razão, se via como um dos elementos fundamentais no jogo das narrativas políticas desenroladas em Portugal, na primeira metade do século XX. A exagerada autoconfiança e a crença em ser uma das mais brilhantes mentes de seu tempo moldariam para sempre a forma como sua memória seria preservada, ao mesmo tempo que alimentou uma autoimagem heroica e messiânica, estilo este que se tornaria bastante peculiar entre proeminentes figuras da intelectualidade luso-brasileira, e que começavam a emergir com maior frequência naquele contexto especialmente radicalizado.

Palavras chave: Alfredo Pimenta, comportamento intelectual, história-memória

* Investigador de Pós Doutorado pela USP – Bolsista da FAPESP. Pesquisador da Rede de Investigação Direitas, História e Memória (UEM/CNPq). Desenvolve pesquisas com publicações na área de História Contemporânea, com ênfase nas temáticas, maçonaria, autoritarismo, intelectuais, mitologias políticas e história transnacional Brasil-Portugal. luizmariofc@gmail.com

Abstract: The proposal of this article is to collaborate for the insertion of the intellectual Alfredo Pimenta in the scope of the Portuguese-Brazilian historiography. It is a brief biographical and historical analysis that intends to connect everyday and personal situations to some of the great themes of Portuguese history. The persona studied described himself as a differentiated being, above the average of his contemporaries, and for this very reason was seen as one of the fundamental elements in the game of political narratives unfolded in Portugal, in the first half of the 20th century. The exaggerated self-confidence and the belief in being one of the brightest minds of his time would forever shape the way his memory would be preserved, while at the same time self-image a heroic and messianic self-image, a style that would become quite peculiar among prominent figures of the intelligentsia Luso-Brazilian, and that began to emerge more frequently in that especially radicalized context.

Key words: Alfredo Pimenta, intellectual behavior, history-memory

Considerações Iniciais

Há escritores que nascem com um destino singular. Toda a gente fala deles, toda a gente se acha à altura de os discutir, toda a gente os critica, - nos mais pequenos pormenores, nas mais pequenas atitudes. São homens acerca dos quais ouvimos dizer coisas, desde o homem da rua aos estudiosos, desde o ignorante ao erudito. Ouve-se deles o que há de mais díspar e contraditório, porque, em todas as bocas, o seu nome suscita sempre uma reação... Há de facto, escritores e artistas com um destino singular. (EVANGELISTA, 1951: 5)

A homenagem póstuma que Júlio Evangelista prestou a Alfredo Pimenta, em um primeiro olhar, sugere que o

intelectual foi vítima do senso comum desinformado, de ideias generalizadas sem fundamento real, pois argumentava que muito se falou daquele homem, mas poucos realmente conheceram a sua vastíssima obra de política, historiografia e poesia.

Seja como for, o fato é que Alfredo Pimenta foi um destacado intelectual contrarrevolucionário da primeira metade do século XX, que desempenhou um papel fundamental na difusão e na consolidação de ideais políticos autoritários, conservadores e antiliberais em Portugal. O teor de suas críticas, tanto ao imperialismo anglo-americano, quanto à condição miserável em que o povo português se encontrava, ocupando a periferia do continente europeu, acabou servindo de fonte de inspiração às futuras gerações políticas direitistas e ultradireitistas. Neste sentido, muitos jovens, fascinados com a veia polêmica do intelectual, que não aparentava qualquer preocupação ao expressar suas opiniões, seguiam-no religiosamente através das páginas dos jornais católicos e nacionalistas, sobretudo em *A Voz*, *Diário de Notícias*, *Acção* e *Esfera*(MARCHI, 2009: 69).

Por esta razão, delinear a trajetória de vida de Alfredo Pimenta, tendo em foco os mais complexos determinantes culturais, econômicos, sociais e políticos, nunca será uma tarefa cômoda aos historiadores, mas não tentar refazê-la, pelo menos em parte, dificultaria ainda mais a análise que aqui se propõe acerca deste intelectual. Talvez, assim, seja possível compreender porque Alfredo Pimenta fez determinadas escolhas, as quais, aos olhos de muitos, foram interpretadas como atitudes polêmicas e inconformistas, exatamente em um contexto marcado pela mais profunda instabilidade na sociedade europeia.

O começo de tudo se deu no dia 3 de dezembro de 1882, na pequena freguesia de São Mamede de Aldão, Concelho de Guimarães, onde nasceu Alfredo Augusto Lopes

Pimenta (EXPOSIÇÃO, 1959: 5). Entre os anos de 1888 e 1889, o filho do Sr. Manuel José Lopes Pimenta, um pequeno proprietário rural, e da Sra. Maria Rosa, foi obrigado a se mudar para a cidade de Braga, onde começaria seus estudos primários no Colégio Espírito Santo (MOREIRA, 2013: 339). Deste período, Alfredo Pimenta relembra com certo tom de desilusão e infelicidade, descrevia o ambiente do colégio como “severo” demais, pautado em disciplina de extrema rigidez, muito diferente daquilo que estava acostumado a viver na pequena localidade de São Mamede de Aldão. Orgulhava-se em dizer que era um menino “difícil de manejar” e que, pela força, ninguém era capaz de convencê-lo a fazer o que não gostava. Esse comportamento arreado rendeu-lhe os mais variados tipos de castigos morais e físicos, lembrados como “suplícios infernais”. Mas, apesar da “desventurada” passagem pelo Espírito Santo, guardou com “certa ternura” a experiência vivida na cidade de Braga (PIMENTA, 1941:3).

Pouco tempo depois, sua família regressou à Guimarães, lá prosseguiu seus estudos no Colégio de S. Nicolau, aos cuidados de Mestre Abílio, a quem descrevia como “um santo homem que tomava rapé e usava lenço tabaqueiro” (PIMENTA, 1941: 4). Em seus relatos, Alfredo Pimenta reconhecia com grande louvor a instituição que mais marcou toda sua juventude em Guimarães, a Sociedade Martins Sarmiento. O jovem ficava deslumbrado com a riqueza e a variedade de livros presentes no acervo da biblioteca. O ponto máximo dessa passagem foi quando recebeu o prêmio de 1892-1893, destinado aos melhores alunos do ensino primário, e foi provavelmente nesse local de estudo que estabeleceu seus primeiros contatos com a poesia. Desde cedo, mostrou-se um jovem muito curioso e inteligente, e logo haveria de fazer algumas tentativas de produzir textos poéticos. Demonstrava grande admiração

pelos românticos e pelos simbolistas portugueses e estrangeiros, como Antero de Quental, João de Deus e Charles Baudelaire (MOREIRA, 2013: 340).

Contudo, o ano de 1895, segundo o próprio Alfredo Pimenta, foi tragicamente crucial e determinaria para sempre o seu modo de ser e as suas estratégias de autodefesa ao longo de toda a sua vida. As mortes do pai e da mãe, respectivamente nos dias 18 de fevereiro e 3 de março daquele ano, marcaram definitivamente a vida do jovem Alfredo Pimenta. Segundo seus biógrafos, o trauma moldou profundamente a sensibilidade e a formação de seu caráter (MOREIRA, 2013: 341). Uma vez que, sem ter escolhas, foi obrigado a morar com o seu tio, a quem descrevia como um homem ríspido e indiferente. Nesse cenário, o melhor refúgio foi estudar muito, e cada vez mais, vindo a colecionar ótimos resultados enquanto aluno dos colégios vimaranenses. Este momento, no qual teve que demonstrar uma enorme força de superação diante da tragédia familiar, foi inúmeras vezes lembrado pelo intelectual, seja em textos autoreflexivos, seja nos discursos realizados no tradicional curso de Direito da Universidade de Coimbra (MOREIRA, 2013: 342).

No ambiente acadêmico, sua formação intelectual foi orientada para a filosofia, a teoria política e a sociologia, distanciando-se um pouco dos poetas românticos. Na opinião de Moreira (MOREIRA, 2013: 343), Alfredo Pimenta passou, então, à leitura de Nietzsche e de outros anarquistas em traduções francesas, mas foi o positivismo de Auguste Comte a sua maior fonte de inspiração. Tanto que, ao longo de sua vida, insurgiu contra todos aqueles que criticaram o filósofo francês, pois considerava os ataques como leituras errôneas e superficiais.

Em 1904, casou-se com Adozinda Julia Brito de Carvalho, na Sé Nova de Coimbra. Esta fase foi marcada por

dificuldades financeiras que o obrigaram a mudar-se para Lisboa na tentativa de conseguir melhores condições de vida. Na capital, conheceu o intelectual Teófilo Braga, a quem admirava imensamente e considerava o maior e mais importante discípulo de Comte em Portugal. Sua primeira estadia em Lisboa não foi muito satisfatória, e nada demonstrava que o autor pudesse superar suas dificuldades financeiras, pois escrevia somente para o *Jornal da Noite*, um pequeno periódico sem grande destaque. Para agravar a situação, todas as tentativas de entrar para o funcionalismo público foram frustradas, e, sem ter a quem recorrer, foi obrigado a voltar para Coimbra e retomar seus estudos em Direito (MOREIRA, 2013: 344).

Neste ponto, é importante registrar que Alfredo Pimenta dizia enxergar nas dificuldades, sejam elas pessoais ou financeiras, os seus verdadeiros momentos de expiação e provação divina, duros desafios pelos quais haveria de passar. Dito de outra forma, as leituras preliminares feitas sobre os seus admiradores e/ou próprio Alfredo Pimenta, tentam sugerir que aquele intelectual possuía uma missão especial na Terra, e que, por este motivo, ocupava uma categoria diferenciada dentro da sociedade portuguesa. Esta convicção era alimentada por duas fontes inesgotáveis presente em seus discursos. A primeira se referia à força espiritual, que supostamente adquiriu após ter enfrentado traumas pessoais, como a perda de seus pais, de maneira tão inesperada, e as mais duras condições financeiras. A segunda fonte seria a pretensa coerência de seus pensamentos, principalmente quando estava em jogo defender a tradição lusitana. Por esta razão, autodeclarava-se guardião oficial do saber histórico de seu país.

Defesa republicana e o “deboche” dos reis

O período em que Alfredo Pimenta viveu em Coimbra coincidiu também com o início de sua carreira política. Sua primeira atividade oficial foi representar os correligionários republicanos vimaranenses no Congresso do Partido Republicano, realizado na cidade. Conforme demonstrou Manuel Braga da Cruz (CRUZ, 2008), em defesa do regime republicano, o autor publicou alguns opúsculos em 1906, como *A Mentira Monárquica*, editada pelo Centro Republicano de Coimbra, e o *Fim da Monarquia*, ambos escritos enquanto o intelectual colaborava no semanário *Era Nova*, do núcleo anarquista de estudantes de Coimbra. Participou ativamente da greve acadêmica de 1907, como membro do grupo “Os intransigentes”, e frequentou diversos comícios republicanos, enquanto se firmava no jornalismo.

Neste período, era relativamente comum que os jovens acadêmicos fossem seduzidos pelas novas ideias trazidas pelo socialismo. Na opinião de Cruz (2008), as ideias socialistas que chegavam a Portugal possuíam uma feição messiânica e redentora, o que despertava enorme interesse da mocidade acadêmica. Mas existia uma distinção entre o “socialismo estadualista, centralista e autoritário”, que primava pela igualdade, e o “socialismo anarquista, societário e descentralizado”, que defendia a liberdade acima de tudo. Alfredo Pimenta, que se orgulhava em dizer que era um homem livre, alinhou-se com a segunda vertente do socialismo. Além disso, devido à tensão que marcou a Europa nas primeiras décadas do século XX, entre as visões nacionalistas e internacionalistas do socialismo, o intelectual acabou optando pelo discurso nacionalista (CRUZ, 2008: 6).

Ainda em Coimbra, o intelectual tomou conhecimento da obra de Augusto Comte e começou a estudá-la profundamente. Com isso, abandonou definitivamente os

ideais socialistas e defendeu o positivismo como modelo teórico perfeito de organização do Estado. O autor declarava que o filósofo francês foi a sua salvação diante das incertezas que outras teorias lhe trouxeram na juventude:

Dobrado o cabo dos 21 anos, intoxicado de filosofices – de quantas filosofices encontrava no caminho, desde as germânicas às orientais, esbarrei na filosofia positiva de Conte – uma filosofia em que todos falam mas que só meio cento de pessoas leu e conhece diretamente. Na filosofia positiva há além dos milhares de páginas que o filósofo escreveu, o espirito, o resíduo filosófico que informa essas páginas (CRUZ, 2008: 196)

Ao mesmo tempo que exaltava o ideal positivista, Alfredo Pimenta também afinava seus discursos em defesa dos republicanos. Assim, em 1904, participou do Congresso do Partido Republicano em Coimbra como representante de seus correligionários vimaranenses. Dois anos depois, publicou o livro *O fim da Monarquia* (1906), dedicado ao republicano e positivista Teófilo Braga. Na obra, o autor já se projetava como um historiador respeitado, que conhecia a fundo os detalhes mais sórdidos da monarquia lusitana. Por esse motivo, via-se no direito de acusar a todos aqueles que, segundo ele, foram os maiores causadores de problemas dentro da monarquia, responsáveis pela falta de autoridade e pelo grau de degradação moral a que havia chegado atualmente o regime em Portugal:

Porque o momento actual é um oportuno momento para que se aponte a falsa base científica do sistema monarchico; porque chegámos a um estado de dissolução de caracteres, como a historia raras vezes aponta; porque o caminho a seguir nos é indicado, normalmente e implicitamente, pelas circunstancias politicas, econômicadas e morais da sociedade portuguesa [...]. (PIMENTA, 1906: 7)

Já nas primeiras páginas, Pimenta disparou fortes ataques contra os princípios da hereditariedade e da duração vitalícia do poder, dois elementos intrínsecos ao sistema monárquico. Como era de praxe do autor sempre demonstrar toda a sua erudição, foi buscar na “casuística medieval” as origens mais remotas deste modelo político-cultural, uma vez que, por trás do princípio meramente político da monarquia, emergia toda uma série arregimentada de superstições misteriosas e de teorias religiosas seculares. “Não pode a monarchia viver sem deos [...]” (PIMENTA, 1906: 16). Por isso mesmo, a hereditariedade era vista como a “lei cruel e fatal” que colocava o povo à mercê do acaso e da sorte. Não existiria escolha do melhor e mais preparado rei; tudo dependeria da ordem de saída de um ventre.

Acreditava, também, que muitas das limitações dos monarcas possuíam explicações psicossociais. Alfredo Pimenta se apoiava nos estudos de Haeckel para informar aos seus leitores que a ocorrência de perturbações psicológicas e doenças mentais eram muito mais frequentes em famílias reais do que no restante da população. Em sua opinião, para interromper esta engrenagem, era preciso que se estimulasse a heterogeneidade, medida eficaz que apagaria determinadas tendências maléficas e desmoralizantes dos herdeiros. Como forma de corroborar suas críticas ao modelo monárquico, o intelectual satirizava o rei espanhol Afonso XIII:

Temos o exemplo mais flagrante d’isto no actual rei de Hespanha. Anatomicamente e patologicamente, Afonso XIII é um caso digno de estudo. O seu rosto, o seu olhar amortecido e triste, a posição das orelhas, a forma – aproximada da macrocefalia – do seu crânio, tudo isso está revelando o grau adiantado de degenerescencia de que ele é possuidor. Ha ali uma tara poderosa; ha ali séculos esmagando-o imbecilizando-o. (PIMENTA, 1906: 18)

Os argumentos do jovem intelectual eram muito bem fundamentados e possuíam um tom sarcástico, sobreposto numa base filosófica de inspiração positivista, traços característicos que marcariam para sempre o estilo daquele intelectual-herói. Parafrazeando Comte, destacava que a abolição da realeza era algo politicamente inevitável — somente uma questão de tempo —, pois o regime representava o retrógrado e o ultrapassado numa época em que as mentes mais avançadas vislumbravam novos horizontes culturais. Da mesma maneira, Alfredo Pimenta também recorria às teorias evolucionistas de Darwin em suas análises sociológicas. Seu desejo era demonstrar que a competição entre os indivíduos egoístas era o resultado direto da seleção natural. Essa constituição intrínseca da sociedade indicava que o melhor seria deixar que a luta se desenrolasse em sua totalidade para que, assim, ocorresse naturalmente o aperfeiçoamento da espécie e o progresso do indivíduo (PIMENTA, 1906: 23):

D'esta luta de egoísmos e do reconhecimento da impotência própria, sai o auxílio mutuo que, parecendo à primeira vista uma forma de altru ísmo, não é mais que o egoísmo purificado e quintessenciado. E é necessaria esta luta: d'ela, que Darwin tão scientificamente expôz e tão verdadeiramente apresentou como lei induzida da observação dos fenômenos respectivos, tendo como resultado a seleção natural, se destacou o homem primitivo da família simiana, e o civilizado d'hoje do homem primitivo. E não se tema o resultado d'essa luta quando amplamente e naturalmente ela se dê. (PIMENTA, 1906: 22)

Sendo assim, Alfredo Pimenta declarava que, para suprimir os princípios abomináveis criados pela hereditariedade, era necessário admitir urgentemente um “sangue novo” dentro da máquina estatal. Feito isso, conseqüentemente, novas aptidões e novas tendências emergiriam num horizonte próximo (PIMENTA, 1906: 20). Além disso, por ser um regime de

privilégios, em tese, o sistema monárquico não deveria se submeter ao princípio da igualdade perante a lei, pois a única lei a ser respeitada era o “arbítrio”, a vontade tirânica e absoluta do rei. Nascida do poder divino, a monarquia jamais deveria se sujeitar e se diminuir diante de um poder mundano (PIMENTA, 1906: 37-8).

Esta posição privilegiada, na opinião de Alfredo Pimenta, era uma anomalia em pleno século XX, numa época em que o positivismo se utilizava do método experimental e sistematizava os conhecimentos num sentido progressivo. Neste tempo de grande progresso mental, os regimes políticos deveriam seguir pelo mesmo caminho e, com base em conhecimentos empíricos, procurar um maior aperfeiçoamento moral. Por esta razão, os povos modernos não deveriam tolerar a permanência e/ou o surgimento de novas formas de monarquias (PIMENTA, 1906: 38).

Ainda que as críticas atingissem a monarquia em sua forma universal e abrangente, o seu principal alvo era a coroa portuguesa. Por isso, Pimenta informava que, desde o reinado de Afonso Henriques até o de D. Carlos de Bragança, Portugal teve em seu trono as figuras mais contraditórias e banais de toda a Europa. Começou por descrever D. Fernando, o moço namorado, um monarca “formoso” e bom homem, mas que não possuía energia e inteligência (PIMENTA, 1906: 41). Passou por D. Duarte, o doente, infeliz e fraco; por Afonso V, um esbanjador e gastador; por D. Manuel, o maior de todos os ambiciosos; por D. João III, católico fanático e inquisidor, até chegar em D. Sebastião, visto como uma espécie de D. Quixote, instrumento passivo nas mãos dos jesuítas (PIMENTA, 1906: 42).

A acidez das críticas continuava, e D. Henrique, D. João IV, Afonso VI, D. Pedro II, D. João V e D. José também entrariam na lista de monarcas ineficientes e imorais na opinião do autor. Contudo, foi em relação à Dinastia dos

Braganças, que o intelectual mais prolongou sua análise pessimista, referindo-se a toda a família real com descrença e censura. D. Maria I encabeçava a sua lista ultrajante. A rainha era vista como uma católica fanática e desequilibrada emocionalmente: uma “beata e histérica”, que vivia agarrada “à anã D. Rosa”, e que, ainda assim, conseguiu ser rainha de Portugal. Para Alfredo Pimenta, definitivamente D. Maria I não possuía condições morais e psicológicas necessárias para representar a nação portuguesa. Outro duramente criticado foi D. João VI que, para o intelectual, seria a “sombra espessa de uma série de reis doidos”. “O bojudo, de beijo cahido, chamando-se a si próprio Sua Magestade, hidrófobo, misturando nos bolsos o rapé e o frango assado [...]” (PIMENTA, 1906: 38). O abandono do país diante das invasões napoleônicas e a crença no imperialismo brasileiro, além de sua oscilação e inconstância na hora de tomar decisões a favor da metrópole, foram interpretadas por Alfredo Pimenta como a comprovação da loucura do rei:

A nação vai pela agoa abaixo. Deixa-la ir. Dá-se a invasão franceza; o sonho do imperialismo brasileiro, que Antonio Vieira tinha prégado e tentado estabelecer, desvaira o rei. Este foje para a America. Deixa o paiz entregue à sorte.

O paiz, com ajuda do inglez, derrota as tropas napoleônicas. O inglez governa de facto; oprime mais a nação que os próprios invasores. Welington o reconhece. No Brazil, o rei abre os portos á Inglaterra; esta, não contente ainda, exige o tratado de 1810, que é obtido, pelo qual ela se creava um monopolio comercial. (PIMENTA, 1906, p. 44)

Alfredo Pimenta acusou D. Pedro, imperador do Brasil, de sempre ter visto em Portugal “uma fonte de socorros” infinita. Por esta razão, foi eleito pelo autor como o principal inimigo de Portugal no século XIX. Sendo assim, o seu gesto em “dar” ao povo português a Carta Constitucional não passaria de uma ação sorrateira, pois entendia que o monarca havia agido com tirania e que sua atitude somente refletia as ideias da

Santa Aliança (PIMENTA, 1906: 52). O intelectual-herói ressaltou que a Constituição foi elaborada em apenas cinco dias, por um rei que havia deixado sua terra natal há muito tempo. O resultado foi o surgimento de um documento vazio, que não expressava verdadeiramente a alma de Portugal, prova cabal do desconhecimento das qualidades e dos desejos mais íntimos do seu povo. No fundo, em tom de muito desagrado, Pimenta declarava que o monarca somente desejava demonstrar aos brasileiros e à coroa inglesa que era o legítimo rei libertador, pouco se importando com a crise que se instalava em Portugal (PIMENTA, 1906: 54):

D. Pedro, rude, orgulhosos, despótico, egoísta, tendo sempre em mira o engrandecimento próprio e a própria gloria – querendo opôr-se, e opondo-se realmente, a que se convocasse a reunião das côrtes constituintes para a elaboração d’um código, porque não admitia que o povo lhe impozesse uma constituição, como fizera ao pai – mostra-se-nos um rei fundamentalmente absoluto. (PIMENTA, 1906: 53)

Entretanto, com a implantação da República, em 1910, e o acúmulo de mais um insucesso financeiro — desta vez à frente do escritório de advocacia que estabeleceu na cidade do Porto —, Alfredo Pimenta transferiu-se novamente para Lisboa. Porém, naquele momento, a situação era completamente diferente, pois atuaria como chefe de gabinete de Aurélio da Costa Ferreira, Ministro do Fomento no Governo Provisório. Neste mesmo ano, iniciou sua carreira literária e começou a lecionar no Liceu Passos Manuel. Dois anos depois, elaborou o manifesto do Partido Evolucionista, de António José de Almeida, e se candidatou a deputado pelo círculo de Aldegalega, nas eleições suplementares de 1913 (CRUZ,2008:6). Em 1915, após várias divergências com as lideranças republicanas, abandonou definitivamente o partido para, logo a seguir, se tornar um dos maiores e mais radicais defensores da monarquia.

Guinada monarquista e amadurecimento político-intelectual

Alfredo Pimenta pertencia a uma espécie de espíritos que ele próprio definiu, chamando-lhes expansivos e dizendo que são “tipicamente transformadores”, isto é, “caracterizam-se pela actividade: sofrem e reagem: absorvem e exportam”. Toda a gente pode acompanhar a evolução das suas ideias, pois ele, precisamente porque era um expansivo, intelectualmente honesto e corajoso, punha-as sempre em letra de forma e proclamava onde quer que fosse. (JULIO EVANGELISTA, 1951: 9)

Logo após se desligar definitivamente do partido republicano, Alfredo Pimenta se tornou um dos principais nomes defensores da monarquia tradicional portuguesa. Contudo, o intelectual nunca admitiu ter sido incoerente em suas ideias e, mesmo quando falava de seu passado republicano, dizia ter agido orientado por seus firmes princípios ideológicos nacionalistas. Assim, não entendia como equívoco o fato de ter erguido a bandeira republicana. O grande erro estaria em chamar aquele tipo de governo liberal de “monarquia”, pois uma monarquia de verdade não poderia jamais admitir partidos políticos, discursos democráticos e, muito menos, o parlamentarismo. Sendo assim, o seu anseio era ver a volta da monarquia tradicional, originalmente advinda do poder de Deus e organicamente ligada à sociedade. Logicamente, Pimenta afirmava que somente um homem com a sua capacidade intelectual e o seu profundo conhecimento da história poderia realizar a nobre missão de restaurar o ideal monárquico em terras lusitanas.

O ponto de partida para tamanho desafio seria realizar uma profunda análise histórica da realidade portuguesa. Com esta postura, o historiador, de caso pensado ou não, inseria-se no longo e controverso debate teórico acerca do “lugar” do intelectual na sociedade, debate este que tem suas origens nos tempos clássicos de Platão (MACDONALD, 1969). Em *A República*, por exemplo, Platão idealizava uma cidade na qual os dirigentes e os guardiões representavam a encarnação da pura racionalidade, onde o egoísmo seria superado e as paixões controladas. Os interesses pessoais e coletivos convergiam numa totalidade social, e o “príncipe filósofo” seria a tipificação perfeita do deus criador na Terra. Segundo H. Malcolm Macdonald (1969: 10), este homem de Platão — que modernamente conhecemos como intelectual — equivaleria ao filósofo, uma categoria de ser que possuía como principal característica a luta eterna contra os seus “demônios interiores”, um homem instigado e impelido pela plenitude da “verdade”.

É importante perceber na trajetória de Alfredo Pimenta que, neste período, definitivamente, há a fusão entre as atividades de intelectual e de político, fato este que pode ser comprovado nas leituras de obras como, *A Questão Política, A Solução Monárquica, Carta a um Monárquico – Comentários, e Política Monárquica*. Ao mesmo tempo, apareceriam as primeiras controvérsias na imprensa portuguesa com os — também monarquistas — Integralistas Lusitanos (IL), sobretudo com o líder do movimento, António Sardinha, e com o abastado intelectual Alberto de Monsaraz.

O principal ponto dessa discórdia foi com relação a que rei se deveria prestar obediência, pois não concordavam com o nome do monarca que deveria assumir o trono. Os integralistas defendiam a descendência de D. Miguel, neste caso, na figura de D. Duarte Nuno. Já Alfredo Pimenta exaltava a política de cunho legitimista e o direito ao trono de

D. Manuel II, rei deposto em 5 de outubro de 1910 e exilado na Inglaterra (MOREIRA, 2013:349). Diante do impasse, Alfredo Pimenta acusou a elite monárquica de ser demasiadamente fragmentada e, por não possuir uma identidade comum, representar uma verdadeira confusão doutrinária. Segundo ele, o IL havia perdido suas virtudes quando renegou o rei legítimo e alimentou intrigas internas, o que deflagrou a incapacidade deste grupo de construir um projeto de Estado verdadeiramente monárquico para Portugal (MARCHI, 2009: 65).

No ano de 1921, mantendo-se fiel a D. Manuel II, fundou a “Acção Tradicionalista Portuguesa”, em parceria com Caetano Beirão. Elaboraram e assinaram o primeiro manifesto da nova organização, que foi publicado no dia 28 de julho de 1921 no jornal *Correio da Manhã*. O documento contou também com o apoio direto de Alberto Ramires dos Reis, Luís Rufino Chaves Lopes e Mateus de Oliveira Monteiro, formando o chamado “Grupo dos Cinco”. Pouco tempo depois, juntaram-se outros seguidores como João Ameal, Fernando Campos, Ernesto Gonçalves, Santos Silva, António Cabral e Alfredo de Freitas Branco (CRUZ, 1982: 143). A partir do dia 10 de dezembro de 1921, iniciou-se a publicação da revista mensal *Acção Realista*. Juntos, lançaram também o semanário *A Voz Nacional*, alguns anos depois, o diário *Acção Realista*, dirigido por João Ameal. Desde então, aquele movimento, de cunho monárquico tradicionalista, passou a ser conhecido como “Acção Realista Portuguesa” (CRUZ, 1982:143-44).

A fidelidade de Pimenta a D. Manuel II era tão grande que o polêmico intelectual acabou por aceitar as indicações do monarca para ceder o lugar de candidato por Guimarães ao jovem e ainda mal conhecido professor de Finanças da Faculdade de Direito de Coimbra e dirigente do Centro Católico, António de Oliveira Salazar (CRUZ, 2008: 6-7).

Além disso, há que se destacar que um aspecto que chamava bastante atenção na personalidade de Alfredo Pimenta era o seu alinhamento ideológico com uma matriz germanófila e, por isso, contrário a qualquer sinalização de amizade e aproximação de Portugal com as democracias liberais. Segundo Riccardo Marchi (2009: 32-3), a simpatia do intelectual pelo III Reich não fazia parte de um espírito momentâneo, mas, ao contrário, era fruto de uma posição “doutrinária meditada e maturada”. Em meio à Primeira Guerra Mundial, por exemplo, o intelectual já demonstrava seu nacionalismo apoiando a causa do Kaiser na Alemanha contra o imperialismo britânico, colocando-se em choque com a maioria das forças políticas portuguesas (MARCHI, 2009: 6).

O escritor considerava o conflito bélico como um embate de civilizações: de um lado estaria o liberalismo e os princípios universalistas de 1789 e, de outro, a monárquica tradicional, as chamadas forças da “contrarrevolução”. Entretanto, com a participação portuguesa na Primeira Guerra, ao lado dos ingleses, Alfredo Pimenta não manifestou abertamente seu desejo de ver a derrota dos Aliados, pois seu imperativo patriótico falava mais alto. Mesmo assim, julgava deletéria a vitória das democracias e como não genuína a amizade com a Inglaterra (MARCHI, 2008: 34). Na análise de Marchi (2008: 555), a importância doutrinária do intelectual vimaranense foi devido ao seu pioneirismo teórico, pois a tentativa de conciliar o projeto da monarquia autoritária, do fascismo e do nacional-sindicalismo se mostrou uma manobra política-ideológica bastante eficaz. O intelectual, de forma habilidosa, conseguiu cooptar em um mesmo “projeto” os ideais da contrarrevolução e da ação política do Fascismo:

Nunca fui feixista [fascista], no sentido próprio do termo. Mas encontrei-me com o Feixismo [Fascismo] em tantas e tantas coisas, positivas ou críticas, que repito, não sendo feixista, não

sei bem que mais seria preciso para que o fosse. Mas o que não me oferece dúvidas é a admiração que sinto por Mussolini.(PIMENTA, 1949: 7)

Ao mesmo tempo, a suaperformance crítica à frente do *Diário de Notícias* consolidou definitivamente o seu lugar de destaque no centro das inúmeras polêmicas, especialmente àquelas ligadas à história nacional. Sendo assim, uma em especial merece ser destacada aqui, exatamente aquela que tentava responder à velha questão: “quem descobriu o Brasil?”. Alfredo Pimenta, sem vacilar, sempre defendia veementemente que determinados episódios da história universal estavam completamente resolvidos, e a colonização portuguesa na América era um deles. Segundo o intelectual, não haveria nenhuma justificativa acadêmica plausível que legitimasse a reviravolta daqueles acontecimentos, uma vez que a história oficial já havia sido comprovada cientificamente. O “Descobrimento do Brasil” era um problema superado há muito tempo, graças aos esforços dos eruditos portugueses, assim como o problema do Descobrimento da América (PIMENTA, 1937).

Entretanto, em 1935, o autor italiano Aldo Mieli cometeu uma “heresia” e “ousou” questionar o pioneirismo português na América. Mieli defendia a hipótese de que Pedro Álvares Cabral não teria sido o primeiro descobridor a chegar à costa brasileira (PIMENTA, 1937: 135). A resposta enérgica de Alfredo Pimenta em defesa do herói português foi publicada no capítulo VIII da obra *Subsídios para a História de Portugal – Textos & Juízos Críticos*. Seguindo uma lógica relativamente simples, o historiador descreveu na íntegra a parte em que Mieli referiu-se ao episódio e, a seguir, iniciou sua argumentação de forma contundente e ríspida. Desta forma, reconhecia que este era um problema que incidia sobre os “sábios estrangeiros”, que, ao invés de encarar diretamente os fatos históricos, aventuravam-se

muitas vezes por caminhos inúteis.

Alfredo Pimenta corroborava a tese de que o Brasil não havia sido tocado por alguém antes de Pedro Álvares Cabral, em 1500, seguindo as ordens de D. Manuel I. Com esta atitude, assumia mais uma vez a função de historiador-oficial, defensor da pátria portuguesa, e não se mostrava nem um pouco amigável às opiniões que contestassem a mítica e heroica história dos lusíadas. Considerava que a tradição secular dos eruditos portugueses não poderia ser menosprezada ou sequer diminuída por “estrangeiros”, uma vez que o restante da Europa vulgarmente acreditava que em Portugal tudo era “fantasia e novela” (PIMENTA, 1937: 139).

A crença de que era o detentor de uma elevada inteligência é fundamental para entendermos a postura de Pimenta, pois, ao assumir publicamente uma feição heroica, pretendia se tornar uma espécie de “doutrinador de portugal”, fonte de inspiração e difusão do espírito português no mundo. Neste sentido, era fundamental que defendesse, com grande afinco, a tradição da historiografia lusitanae - do mesmo modo e a qualquer custo - a memória erudita de seu país. Mais do que um vulgar senso de patriotismo, o intelectual pretendia demarcar com sua pena as fronteiras de Portugal e minimizar, o quanto fosse possível, a enorme presença estrangeira no país. Para isso, o primeiro passo deveria ser recuperar a grandiosidade da história de Portugal, enquanto o primeiro descobridor e construtor de novos mundos da era moderna.

Com o fim da 1ª República, em 28 de maio de 1926, Alfredo Pimenta — que sempre criticou a liberal-democracia — acolheu com certo otimismo a ditadura militar que se instalava no poder. O episódio, também conhecido como “Revolução Nacional”, inaugurou um movimento de valorização das tradições nacionalistas e autoritárias portuguesas. Em 1933, com a promulgação da Constituição, a

ditadura militar foi substituída pelo Estado Novo, e Salazar passou a exercer a função de grande líder nacional (MOREIRA, 2013: 351-52). Durante a ditadura, no ano de 1931, o intelectual iniciou sua carreira na Torre do Tombo, na função de Segundo Conservador, e somente em 1949 foi nomeado diretor da instituição pelo ministro da Educação Nacional, o Dr. Fernando Pires de Lima. Em seu discurso de posse, fez questão de separar o “homem” do “funcionário”: o primeiro possuía fraquezas, pecados e insuficiências; o segundo, responsabilidades, direitos e deveres. E exigia de seus subordinados lealdade total, obediência sem reservas e boa vontade sem limites.

Alfredo Pimenta ainda desempenhou várias outras funções concomitantes à atividade de diretor, todas relacionadas à cultura e educação em Portugal, além de ter produzido uma imensa obra literária. Como jornalista, atuou em diversos periódicos: *A ideia nova*, *A Nação*, *A Província de Angola* (Luanda), *A Voz*, *A Voz da Índia*, *A Voz Nacional*, *Acção Realista*, *Apostolado* (Luanda), *Bandarra*, *Beira-Mar*, (Ilhavo), *Clarin* (Macau), *Comercio de Guimaraes*, *Correio da Manhã*, *Correio do Minho*, *Correio do Sul*, *Diário Nacional*, *Distrito de Guarda*, *Época*, *Fradique*, *Guardian* (Lourenço Marques), *Ideia Nacional*, *Ilhavense*, *Jornal do Comércio*, *Jornal do Comercio e das Colónias*, *Mocidade* (Índia), *Noticias de Macau*, *O Dia*, *O Heraldo* (Índia), *O Intransigente* (Benguela), *O Marcoense*, *O Minhoto*, *O Norte*, *Republica*, *Restauração*, *Revolução*, *Tribuna Literária*, *Voz Publica*. E nas revistas: *A Galera*, *America Brasileira*, *A Província*, *Acção Realista*, *Acção Tradicionalista Portuguesa*, *Ala Moderna*, *Alma Nova*, *Arquivo Literário*, *Arte & Vida*, *Boletim de Trabalhos Históricos*, *Brasília*, *Brotéria*, *Burgo Podre*, *Esfera*, *Estudos Ethnos*, *Europäische Revue*, *Gil Vicente*, *Instituto de Coimbra*, *Luz & Vida*, *Mocidade*, *Nação Portuguesa*,

Portugal Restaurado, Seara Nova, Serviço d'El-Rey(EXPOSIÇÃO, 1959: 13).

Foi também o primeiro diretor do Arquivo Municipal de Guimarães, criador do *Boletim de Trabalhos Históricos* da instituição e um dos sócios fundadores da Academia Portuguesa da História. Pertenceu à Associação dos Arqueólogos Portugueses, ao Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia e a outras instituições de Cultura, portuguesa e estrangeiras. Como escritor, utilizou-se dos pseudônimos Structor, Lord Henry e Humberto de Aguiar. Atuou no campo da filosofia, da crítica, literatura, política e, principalmente, no campo dos estudos históricos (EXPOSIÇÃO, 1959: 5).

Na função de historiador, realizou trabalhos que abrangiam a história monárquica e imperial de Portugal, a história da Igreja e sua relação com o Estado português, além de pesquisas voltadas ao nacionalismo e à diplomacia lusitana. Alfredo Pimenta sempre buscava a objetividade aos moldes de Foustel de Coulanges, seja na maneira como lia a história nacional e a história da cultura, seja na forma como encarava a polêmica, o combate e o debate das ideias (CESAR, 1983). Tudo deveria ser provado e comprovado pelo testemunho fiel das fontes históricas, por acreditar que somente um passado documentado poderia ser um passado digno de história (CESAR, 1983: 5).

No dia 15 de outubro de 1950, Alfredo Pimenta faleceu em Lisboa e foi sepultado na Capela da Madre de Deus em Azurém, Guimarães. Apesar de não ter criado nenhum grande movimento político, ficou eternizado na história como um dos maiores teóricos da contrarrevolução em Portugal. Suas obras e suas polêmicas foram fundamentais para a formação política de todos aqueles que buscavam na direita radical a legitimação no poder. De fato, Alfredo Pimenta foi um defensor dos alicerces dos oito

séculos da história portuguesa e um ferrenho opositor a qualquer tipo de alteração ou violação destas bases. Se, por um lado, defendeu a monarquia tradicional como o princípio fundador da nacionalidade lusitana, por outro, encontrou em Salazar o melhor instrumento político na ausência de um monarca (MARCHI, 2009: 227).

Considerações Finais: diante do espelho

É muito sugestivo e também instigante perceber como um homem, com o grau de formação intelectual e envolvimento político, como foi o caso de Alfredo Pimenta, trabalhou para tentar immortalizar sua memória perante o público e a história. Um momento exemplar desse comportamento pode ser observado no ano de 1935, quando o intelectual proferiu uma palestra na Universidade de Coimbra. Naquela ocasião, Alfredo Pimenta, tomado por um sentimento de contemplação, pretendia sintetizar aos ouvintes a “evolução” filosófica de seu pensamento (PIMENTA, 1935: 2). Iniciou sua explanação relembrando os “tempos de caloiro”, as primeiras lições de Direito Romano, as dificuldades do segundo ano e a saudade das amizades que fizera ao longo do período acadêmico, em especial do seu amigo Francisco de Lucena. Neste exato momento, quando o intelectual começou a tecer elogiosos comentários ao estimado amigo, tanto em sua maneira de lidar com os problemas das ciências, quanto por seu espírito altruísta (PIMENTA, 1935, 5-6), implícita e/ou explicitamente, deixou registrado pelo menos dois dos mais importantes aspectos de sua própria personalidade.

O primeiro dizia respeito à sua admiração por aquelas pessoas que agiam coerentemente, ou melhor, que projetavam suas ideias e seus pensamentos na própria vida: “viver-se como se pensa; subordinarem os actos às doutrinas; revelar

pela vida as ideias [...]” (PIMENTA, 1935: 17). Para Alfredo Pimenta, a coerência das ideias seria uma das qualidades mais valiosas presente no amigo e, logicamente, em si mesmo. Não por acaso, esta deveria ser uma das maiores virtudes das almas “servas do Pensamento”. Neste sentido, não mediu esforços para reafirmar sua autoimagem de homem de ideias firmes, coerentes e superiores, sobretudo quando se manifestava em defesa da história nacional. Por esta razão, o fato de ter sido um socialista, um republicano e, logo depois, um monarquista tradicionalista não lhe causava qualquer tipo de constrangimento.

O outro aspecto estimado em Lucena, mas que sem dúvida expressava um auto-retrato de Alfredo Pimenta, foi a defesa da moral e da autoridade inabalável da fé católica. Aludia que todo o poder e toda a autoridade dos regimes políticos legitimamente constituídos provinham de Deus. Diante dessa afirmativa, o autor entendia que o choque das ideias significava apenas uma “luta de Fantasmas”, o embate de “quimeras”, algo muito corriqueiro na vida de qualquer intelectual. Todavia, a única verdade na qual todos deveriam acreditar era o poder supremo de Deus (PIMENTA, 1935: 26-27)

Sendo assim, Alfredo Pimenta, assumindo a feição de herói e com o intuito de transmitir uma autoimagem imaculada, creditou enorme responsabilidade de seus atos na experiência e na inteligência que acumulara ao longo dos anos. Uma vida marcada por êxitos e derrotas, mas que, em sua opinião, fora curiosamente humilde e exemplar. Deste modo, sugeria aos ouvintes que estudassem e trabalhassem arduamente, seguindo os ensinamentos do clássico cristão *De Imitatione Christi*, pois, nas páginas de Tomás de Kempis, se encontravam lições de humildade e serenidade imprescindíveis para a boa formação do verdadeiro intelectual.

Portanto, como que se estivesse diante de um espelho, Alfredo Pimenta refletia para o público tanto a imagem da

coerência intelectual quanto a imagem do tradicionalista católico. Talvez, por este motivo, o intelectual nunca tenha se mostrado acanhado ao fazer duras críticas às tradições seculares dos monarcas, quando foi republicano. E, quando se tornou monarquistas, autoprojetou-se para além dos regimes políticos e emergiu como uma espécie de “pedra filosofal” dos saberes humanos, assumindo, sem nenhuma modéstia, o papel do sábio, do mestre da contrarrevolução, o único capaz de dotar o povo português da consciência monárquica pura e plena.

Em outras palavras, Alfredo Pimenta — enquanto intelectual destacado e proativo das primeiras décadas do século XX —, importava-se, de um lado, em fazer parte da história das ideias políticas e culturais portuguesas e, de outro, na forma como seria lembrado pelas futuras gerações. Era um homem que temia, mais do que tudo, o esquecimento, sobretudo, porque entendia que havia prestado “nobres” serviços à história nacional. Acreditava piamente que muitas vezes foi incompreendido e, por isso, foi muito mais criticado do que criticou. Contudo, isso não o colocava em postura defensiva em relação aos inimigos, pelo contrário, Alfredo Pimenta sempre se mostrou combativo e disposto a embarcar em novas polêmicas, até o final de sua vida. Ao mesmo tempo, o intelectual declarava que Portugal só voltaria a ser grande se conseguisse recuperar a honra da própria história nacional: uma história marcada por batalhas e fé. Mas que isto não significasse uma simples volta saudosista do herói lusíada, pois era um discurso fincado no presente — de país de posição periférica na Europa. Se não era mais possível restaurar os tempos de glória do grandioso Império Ultramarino, deveria ser uma questão de honra e de orgulho nacional defender a memória daqueles tempos, assim como o papel de destaque que Portugal merecia nos compêndios da história mundial.

Referências

- CESAR, Amândio. Alfredo Pimenta: Testemunho nos Primórdios do seu Centenário. Separata *Boletim de Trabalhos Históricos*. Guimarães: Oficinas Gráficas da Livraria Cruz, n. 34, 1983.
- CRUZ, Manuel Braga da. *O Integralismo Lusitano nas origens do salazarismo*. *Análise Social*, Lisboa, n. 70, vol. XVIII, p. 137-182, 1982.
- _____. Prefácio. *Salazar e Alfredo Pimenta. Correspondência (1931-1950)*. Lisboa: Verbo, 2008.
- EXPOSIÇÃO Bibliográfica na Sociedade Martins Sarmento: Alfredo Pimenta. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1 de agosto de 1959.
- MACDONALD, H. Malcolm. Algumas reflexões sobre Intelectuais. In: *O intelectual na Política*. Tradução de Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editôra, 1969.
- MARCHI, Riccardo. A direita radical na Universidade de Coimbra (1945-1974). *Análise Social*. Lisboa, vol. XLIII, p. 551-576, 2008-3º.
- _____. *Folhas Ultras: as ideias da direita radical portuguesa (1939-1950)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.
- MOREIRA, Filipe Alves. Alfredo Pimenta. In: *Biografias Vimaraneses*. António Amaro das Neves (Coord.). Guimarães: Fundação Cidade Guimarães e A Oficina, 2013, p. 336-376. Disponível em: <http://www.academia.edu/4811143/Alfredo_Pimenta>. Acesso em: 17 fev. 2015.
- PIMENTA, Alfredo. *A Evolução dum Pensamento: Autobiografia Filosófica*. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1935
- _____. *A senhora de Pangim*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940.
- _____. *Mestres do Pensamento*. Braga: Ed. do Ateneu Comercial, 1941.
- _____. *O Fim da Monarquia*. Coimbra: Typographia Democratica, Editora, 1906.
- _____. *Subsídios para a História de Portugal: Textos & Juízos críticos*. Lisboa: Edições Europa. 1937.
- _____. Prefácio. *Testamento Político de Mussolini: Ditado, Corrigido e Rubricado pelo Duce em 22 de abril de 1945*. Lisboa: Edições Ressurgimento. 1949.

SARTRE, Jean-Paul. *Em defesa dos intelectuais*. São Paulo: Ática, 1994.
SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.)
Por uma história política. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.
WINOCK, Michel. *O século dos intelectuais*. Tradução de Eloá Jacobina.
Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Recebido: 13/08/2016

Aprovado: 26/10/2016